



Direito à Saúde e Orçamento: uma questão de prioridade

Uma reflexão sobre o Direito Fundamental individual e coletivo em face da escassez de recursos.



Direito Constitucional

- Saúde como direito social (Art. 6º CF)
- Art. 196 CF: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (Princípio da universalidade)
- Art. 198, II CF: “Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais”. (Princípio da integralidade)
- O Art. 5º §1º CF: define os *Direitos Sociais* no título *Dos Direitos e Garantias Fundamentais bem como sua aplicação imediata*.



Legislativo e Saúde

- Atualmente, tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que dispõem sobre a obrigatoriedade da dispensação de medicamentos pelo Estado.
- Embora a Constituição garanta o acesso a medicamentos, a criação de normas infraconstitucionais é o meio pelo qual parlamentares tentam garantir políticas de dispensação.
- O recurso mais eficaz para garantir o acesso à saúde tem sido a judicialização.



Leis Infraconstitucionais

- Lei 9.313/1996 que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos dos portadores de HIV e doentes da AIDS. Iniciativa do Senador José Sarney PLS 158/1996
- Lei 9.797/1999 que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pelo SUS nos casos de mutilações decorrentes de tratamento de câncer. Iniciativa da Deputada Maria Elvira PL 3769/1997



Assistência Farmacêutica

- “Conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletivo, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e ao seu uso racional” (Art. 1º, III da Política Nacional de Assistência Farmacêutica – PNFA, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde – CNS em 2004)



O Direito a Assistência Farmacêutica

- “A assistência farmacêutica, universalmente assegurada pela Constituição brasileira por meio do Sistema Único de Saúde, é um direito e deve ser assegurado de modo isonômico. Deverá, para tanto, ser prestada conforme as necessidades individuais dos cidadãos. Do contrário, oferecer ao paciente prestação que não é adequada – que não lhe serve – implicaria evidente tratamento desigual e injustificável em face daqueles cidadãos que têm as suas necessidades atendidas por políticas públicas específicas”. (de Andrade, Ricardo B. *Direito a Medicamentos: O direito fundamental à saúde na jurisprudência do STF*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. 39p.)

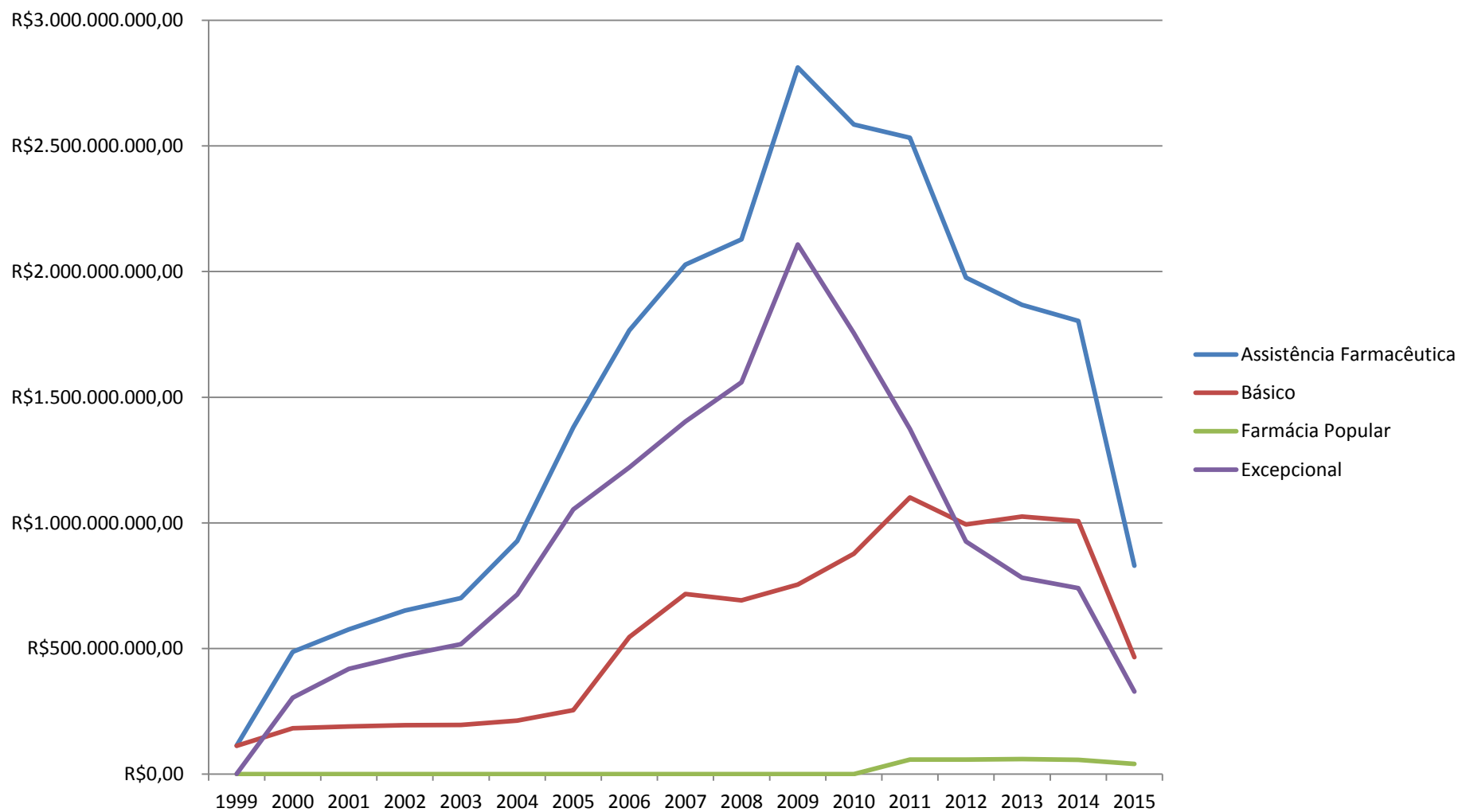


Escassez de Recursos

- O direito à vida é um direito fundamental. A atenção integral à saúde, o que inclui a assistência farmacêutica, é portanto uma obrigação do Estado e um direito individual.
- Desta forma, é possível concluir que a saúde como direito fundamental obriga a destinação de recursos prioritariamente.

Ministério da Saúde					
ANO	Assistência Farmacêutica	Básico	Farmácia Popular	Excepcional	Percentual
1999	R\$ 113.455.575,28	R\$ 112.468.924,41	-	R\$ 986.650,47	0,87%
2000	R\$ 486.722.617,59	R\$ 182.904.430,55	-	R\$ 303.868.187,04	62,43%
2001	R\$ 576.242.113,52	R\$ 189.141.724,56	-	R\$ 419.147.461,58	72,74%
2002	R\$ 650.891.282,51	R\$ 194.147.689,77	-	R\$ 472.856.154,97	72,65%
2003	R\$ 700.199.756,49	R\$ 195.812.683,94	-	R\$ 516.549.857,65	73,77%
2004	R\$ 927.883.821,98	R\$ 212.825.910,10	-	R\$ 715.057.911,88	77,06%
2005	R\$ 1.380.024.045,01	R\$ 254.341.612,87	-	R\$ 1.053.682.432,14	76,35%
2006	R\$ 1.766.208.065,13	R\$ 545.884.015,96	-	R\$ 1.220.324.049,17	69,09%
2007	R\$ 2.028.236.759,74	R\$ 716.821.434,69	-	R\$ 1.402.727.454,66	69,16%
2008	R\$ 2.127.761.225,91	R\$ 691.843.514,49	-	R\$ 1.559.068.041,97	73,27%
2009	R\$ 2.812.151.688,88	R\$ 753.997.683,13	-	R\$ 2.107.505.051,11	74,94%
2010	R\$ 2.585.351.901,82	R\$ 876.825.595,57	-	R\$ 1.754.695.960,99	67,87%
2011	R\$ 2.532.831.165,03	R\$ 1.100.978.424,15	R\$ 58.230.000,00	R\$ 1.373.622.740,90	54,23%
2012	R\$ 1.976.150.384,87	R\$ 993.334.970,19	R\$ 57.490.000,00	R\$ 925.325.414,68	46,82%
2013	R\$ 1.867.271.201,24	R\$ 1.025.258.154,78	R\$ 60.230.000,00	R\$ 781.783.046,46	41,87%
2014	R\$ 1.803.924.286,08	R\$ 1.006.759.189,08	R\$ 56.835.000,00	R\$ 740.330.097,00	41,04%
2015	R\$ 829.338.698,55	R\$ 465.263.804,40	R\$ 40.487.500,00	R\$ 328.587.394,15	39,62%

Fonte: Ministério da Saúde



Orçamento x Gastos com Excepcionais

Ministério da Saúde		
ANO	Orçamento (R\$, Bilhões)	Excepcionais (%)
2003	31,2	1,67%
2004	38,2	1,88%
2005	42,9	2,33%
2006	46,2	2,60%
2007	53	2,64%
2008	56,7	2,65%
2009	54,6	3,85%
2010	69,8	2,44%
2011	80,9	1,73%
2012	95,9	0,94%
2013	100,5	0,80%
2014	106	0,66%
2015	109,2	0,27%
Fonte: Portal Ministério do Planejamento		



Corrupção e Saúde: uma questão de prioridade

- Nos últimos dez anos, segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foram desviados dos cofres brasileiros R\$ 720 bilhões. No mesmo período, a Controladoria-Geral da União fez auditorias em 15.000 contratos da União com estados, municípios e ONGs, tendo encontrado irregularidades em 80% deles.

Operações da Polícia Federal

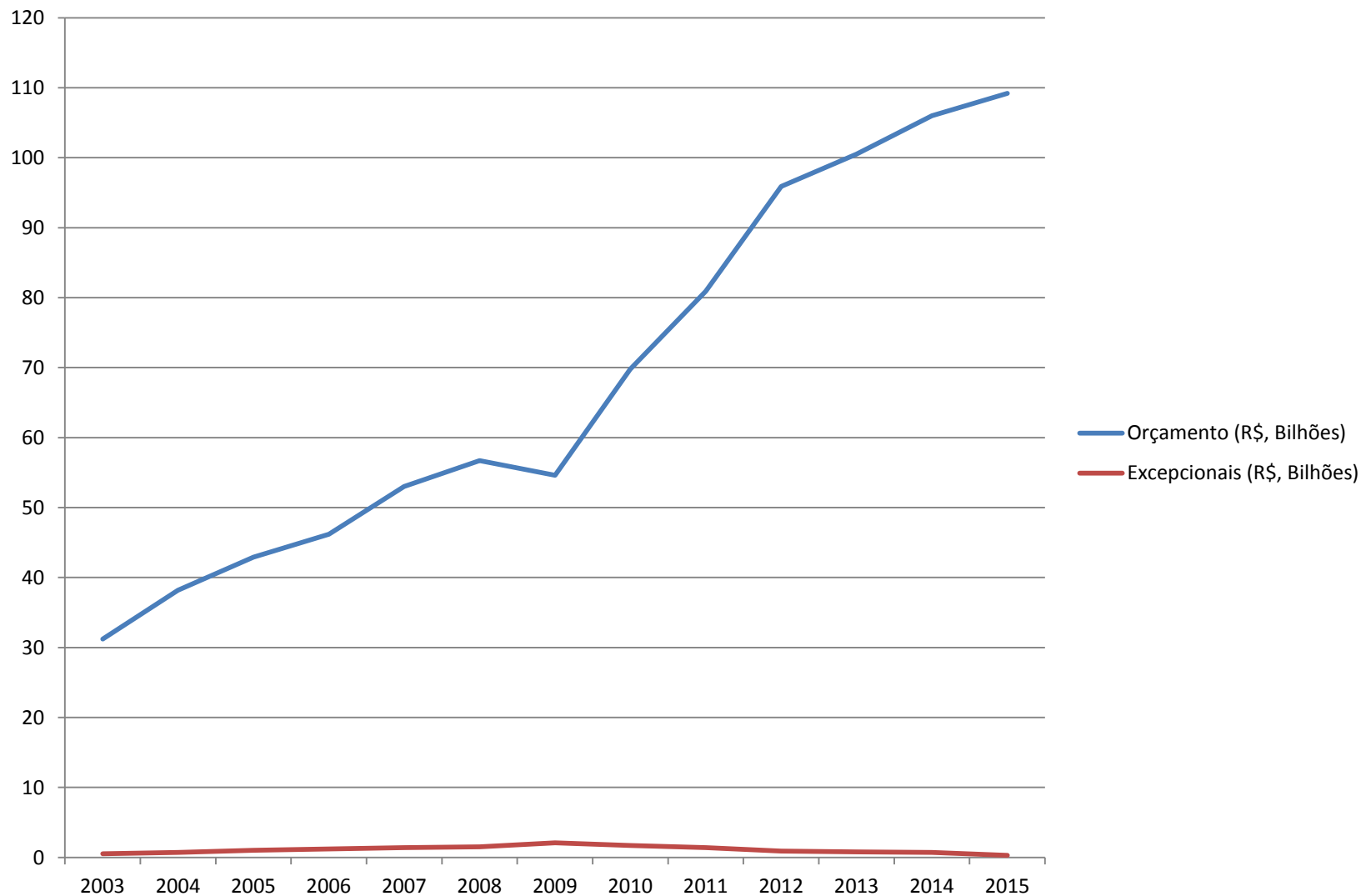
Principais Operações da Polícia Federal		
ANO	Nome	Valor Desviado
2003	Gafanhoto	R\$ 300 milhões
2004	Vampiro	R\$ 127 milhões
2004	Farol da Colina (Banestado)	U\$ 24 bilhões
2006	Sanguessuga	R\$ 110 milhões
2007	Navalha	R\$ 178 milhões
2008	João de Barro	R\$ 700 milhões
2008	Pasárgada	R\$ 200 milhões
2008	Satiagraha	R\$ 2 bilhões
2009	Castelo de Areia	R\$ 20 milhões
2009	Caixa de Pandora	R\$ 110 milhões
2014	Lava Jato	R\$ 2,1 bilhões
Fonte: Correio Braziliense		



Saúde e Corrupção: uma questão de prioridade

- De 1999 a 2014 foram gastos um total de R\$ 15 bilhões com dispensação de medicamentos excepcionais.
- Segundo a Fiesp, em 10 anos foram desviados dos cofres brasileiros cerca de R\$ 720 bilhões.
- Embora o orçamento do MS tenha crescido ao longo dos anos, a partir do ano de 2009, é possível verificar uma queda vertiginosa no percentual gasto com medicamentos excepcionais.
- Evidencia-se o esforço do Governo Federal em restringir o acesso à saúde. Grave afronta ao direito fundamental.

Orçamento MS x Medicamentos Excepcionais





O valor de uma vida

- No dia 17 de junho de 2015 na abertura do Simpósio Nacional de Saúde na Câmara dos Deputados, o Ministro da Saúde, Arthur Chioro afirmou:

“A judicialização da saúde coloca os gestores em situação complicada e prejudica usuários do SUS em detrimento de uma pequena parcela que judicializa medicação de alto custo”



Copa do Mundo e Saúde: uma questão de prioridade

- O custo de uma vida não pode ser calculado em comparação ao custo de outras vidas. Cada pessoa tem necessidades distintas.
- Segundo o Tribunal de Contas da União, o Brasil gastou R\$ 25,5 bilhões com a Copa. Apenas com a construções de estádios foram gastos R\$ 8 bilhões.
- No entanto, é perfeitamente possível calcular quantas vidas vale um estádio de futebol ou quantas vidas valem um esquema de corrupção.



Direito a vida = sobreviver

- No dia 16 de dezembro de 2014, em audiência pública no Senado Federal, a diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde no SUS, Clarice Petramale, afirmou:

“Os medicamentos órfãos são medicamentos de alto custo que não curam a doença. Deve-se ter um esforço para incorporar medicamentos que de fato sejam efetivos na cura”.



Sobrevida x Cura

- Insulina
- Retrovirais para HIV
- Medicamentos para pressão
- Medicamentos para colesterol

